

Estatuto da Criança e do Adolescente

Autorização para Viajar

ESTUDAR PARA OAB

Prof^a. Alik Santana

 @likeoab



EstudarParaOAB

Da Prevenção

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Da Autorização para Viajar

1 – OBJETIVO

2 – LOCALIZAÇÃO NO ECA

3 – ALTERAÇÕES LEI 13.812/2019

4 – AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM NACIONAL

5 – AUTORIZAÇÃO PARA VIAGEM INTERNACIONAL

Da Autorização para Viajar

Assim, previa a redação anterior (art. 83):

“nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial”

Atualmente, após a nova lei:

“nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou responsáveis sem expressa autorização judicial”

Da Autorização para Viajar

VIAGEM NACIONAL (ART. 83, ECA)

VIAGEM INTERNACIONAL (ART. 84 E 85) +
RESOLUÇÃO 131, CNJ

QUESTÃO 1

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A – A autorização judicial pode ser dada “a posteriori” em casos excepcionais previstos em lei quando se trate de criança ou adolescente nascido em território nacional em viagem ao exterior.
- B – Nenhum adolescente poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
- C – A autoridade judiciária poderá, de ofício, conceder autorização para que a criança possa viajar para fora da comarca onde reside, com validade de 2 (dois) anos.
- D – A autorização para viagem no território nacional é exigida para crianças e adolescentes menores de 16 anos, quando desacompanhados dos pais ou responsável.

QUESTÃO 1

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- A – A autorização judicial pode ser dada **“a posteriori” em casos excepcionais previstos em lei** quando se trate de criança ou adolescente nascido em território nacional em viagem ao exterior.
- B – **Nenhum adolescente** poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.
- C – A autoridade judiciária poderá, **de ofício**, conceder autorização para que a criança possa viajar para fora da comarca onde reside, com validade de 2 (dois) anos.
- D – A autorização para viagem no território nacional é exigida para crianças e adolescentes menores de 16 anos, quando desacompanhados dos pais ou responsável.

QUESTÃO 2

Laura, mãe de Talita de 12 anos de idade, procura um advogado para que possa orientar sobre a possibilidade da filha viajar para outro estado, desacompanhada da presença dos pais. O advogado não deverá aduzir:

- A – A autorização para viagem no território nacional somente é exigida para crianças, sendo dispensada para os adolescentes.
- B – Constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial pelo Estatuto.
- C – A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização com validade de 2 (dois) anos.
- D – A adolescente pode viajar desacompanhada no mesmo estado da federação, sem a companhia dos pais ou autorização judicial.

QUESTÃO 2

Laura, mãe de Talita de 12 anos de idade, procura um advogado para que possa orientar sobre a possibilidade da filha viajar para outro estado, desacompanhada da presença dos pais. O advogado não deverá aduzir:

- A – A autorização para viagem no território nacional somente é exigida para crianças, ***sendo dispensada para os adolescentes.***
- B – A autorização constitui instrumento judicial no exercício da prevenção especial pelo Estatuto.
- C – A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização com validade de 2 (dois) anos.
- D – A adolescente pode viajar desacompanhada no mesmo estado da federação, sem a companhia dos pais ou autorização judicial.

QUESTÃO 3

Configura situação em que a autorização judicial para viajar é indispensável aquela em que a criança ou o adolescente viaja:

- A – à comarca localizada em outra unidade da federação, na companhia de pessoa maior, autorizada por escrito particular da mãe.
- B – ao exterior, na companhia da mãe, autorizado por escrito pelo pai, reconhecida a firma deste.
- C – ao exterior, na companhia de sobrinho plenamente capaz e maior, mediante comprovação do parentesco alegado.
- D – à comarca contígua, na mesma unidade da federação, na companhia do tio maior, mediante comprovação documental do parentesco alegado.

QUESTÃO 3

Configura situação em que a autorização judicial para viajar é indispensável aquela em que a criança ou o adolescente viaja:

A – à comarca localizada em outra unidade da federação, na companhia de pessoa maior, autorizada por escrito particular da mãe.

B – ao exterior, na companhia da mãe, autorizado por escrito pelo pai, reconhecida a firma deste.

C – ao *exterior*, na companhia de sobrinho plenamente capaz e maior, mediante comprovação do parentesco alegado.

D – à comarca contígua, na mesma unidade da federação, na companhia do tio maior, mediante comprovação documental do parentesco alegado.

QUESTÃO 4

Oficial da Infância e Juventude, lotado em Florianópolis, atende a mãe dos irmãos Jonas, 9 anos, Jonatan, 10 anos, e João de 12 anos, que deseja orientação sobre autorização de viagem nacional. Jonas viajará desacompanhado para comarca contígua à de sua residência, na mesma região metropolitana, enquanto Jonatan e João irão sozinhos para o Rio de Janeiro. O oficial deverá informar que vai(ão) necessitar de autorização de viagem:

- A – Somente Jonas
- B – Somente Jonatans
- C – Jonatans e João
- D – Somente João

QUESTÃO 4

Oficial da Infância e Juventude, lotado em Florianópolis, atende a mãe dos irmãos Jonas, 9 anos, Jonatan, 10 anos, e João de 12 anos, que deseja orientação sobre autorização de viagem nacional. Jonas viajará desacompanhado para comarca contígua à de sua residência, na mesma região metropolitana, enquanto Jonatan e João irão sozinhos para o Rio de Janeiro. O oficial deverá informar que vai(ão) necessitar de autorização de viagem:

- A – Somente Jonas
- B – Somente Jonatan
- C – Jonatan e João**
- D – Somente João

QUESTÃO 5

Clarisse, mãe de Bernardo, de cinco anos de idade, pretende viajar com o filho, da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para a Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Comprou passagens aéreas e irão acompanhados da avó paterna. O pai de Bernardo é falecido. No momento do embarque, foi exigida a certidão de óbito, esquecida por Clarisse, que apresentou, além de sua certidão de casamento, a Cédula de Identidade original dos três passageiros, impedidos de embarcar pela companhia aérea. Exigiram a presença do pai, a apresentação da prova do óbito ou a autorização de viagem. A conduta do representante da companhia aérea está

A – correta, porque não se trata de comarca contígua à residência da criança, ainda que na mesma unidade da Federação, e não está incluída na mesma região metropolitana.

B – errada, porque foi provado o óbito do pai por duas testemunhas idôneas, o que supre a falta da prova documental ou a autorização de viagem pelo falecido ou judicial.

C – errada, porque a criança, estava acompanhada de ascendente maior, até o terceiro grau, comprovado parentesco.

D – correta, porque a criança, ainda que acompanhada de duas pessoas maiores, não tinha autorização expressa do pai com firma reconhecida e não houve comprovação do alegado óbito.

QUESTÃO 5

Clarisse, mãe de Bernardo, de cinco anos de idade, pretende viajar com o filho, da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre, para a Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. Comprou passagens aéreas e irão acompanhados da avó paterna. O pai de Bernardo é falecido. No momento do embarque, foi exigida a certidão de óbito, esquecida por Clarisse, que apresentou, além de sua certidão de casamento, a Cédula de Identidade original dos três passageiros, impedidos de embarcar pela companhia aérea. Exigiram a presença do pai, a apresentação da prova do óbito ou a autorização de viagem. A conduta do representante da companhia aérea está

A – correta, porque não se trata de comarca contígua à residência da criança, ainda que na mesma unidade da Federação, e não está incluída na mesma região metropolitana.

B – errada, porque foi provado o óbito do pai por duas testemunhas idôneas, o que supre a falta da prova documental ou a autorização de viagem pelo falecido ou judicial.

C – errada, porque a criança, estava acompanhada de ascendente maior, até o terceiro grau, comprovado parentesco.

D – correta, porque a criança, ainda que acompanhada de duas pessoas maiores, não tinha autorização expressa do pai com firma reconhecida e não houve comprovação do alegado óbito.

QUESTÃO 6

João e Joana são pais de Mila, 9 anos, e de Letícia, 8 anos. João mudou-se para Maringá depois do divórcio, e levou sua filha mais nova para morar com ele. Nas férias escolares, Letícia quer ir ao Rio de Janeiro visitar sua mãe, enquanto Mila deseja passar seus dias livres com seu pai em Maringá.

Avalie as situações apresentadas a seguir e, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

A – Letícia poderá viajar sem autorização judicial se a sua prima, Olívia, que tem 19 anos, aceitar acompanhá-la. Mila poderá viajar sem autorização, se sua avó, Filomena, a acompanhar.

B – Se houver prévia e expressa autorização dos pais ou responsáveis, Letícia e Mila ficam dispensadas da autorização judicial e poderão viajar desacompanhadas dentro do território nacional.

C – Mila poderia aproveitar a ida de sua vizinha Maria, de 23 anos, para acompanhá-la, desde que devidamente autorizada por seus pais, enquanto Letícia não precisaria de autorização judicial se seu padrinho, Ricardo, primo do seu pai, a acompanhasse.

D – Letícia poderá viajar desacompanhada dos pais por todo o território nacional se houver autorização judicial, que poderá ser concedida pelo prazo de dois anos. Mila não precisará de autorização judicial para ir a Maringá se seu tio José aceitar acompanhá-la.

QUESTÃO 6

João e Joana são pais de Mila, 9 anos, e de Letícia, 8 anos. João mudou-se para Maringá depois do divórcio, e levou sua filha mais nova para morar com ele. Nas férias escolares, Letícia quer ir ao Rio de Janeiro visitar sua mãe, enquanto Mila deseja passar seus dias livres com seu pai em Maringá.

Avalie as situações apresentadas a seguir e, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a afirmativa correta.

A – Letícia poderá viajar sem autorização judicial se a sua prima, Olívia, que tem 19 anos, aceitar acompanhá-la. Mila poderá viajar sem autorização, se sua avó, Filomena, a acompanhar.

B – Se houver prévia e expressa autorização dos pais ou responsáveis, Letícia e Mila ficam dispensadas da autorização judicial e poderão viajar desacompanhadas dentro do território nacional.

C – Mila poderia aproveitar a ida de sua vizinha Maria, de 23 anos, para acompanhá-la, desde que devidamente autorizada por seus pais, enquanto Letícia não precisaria de autorização judicial se seu padrinho, Ricardo, primo do seu pai, a acompanhasse.

D – Letícia poderá viajar desacompanhada dos pais por todo o território nacional se houver autorização judicial, que poderá ser concedida pelo prazo de dois anos. Mila não precisará de autorização judicial para ir a Maringá se seu tio José aceitar acompanhá-la.

FIM!

“Muitas das falhas da vida acontecem, quando as pessoas não percebem o quão perto estão quando desistem.” Thomas Edison

BONS ESTUDOS E BOA PROVA!